

SAÚDE OCUPACIONAL E FATORES DE ESTRESSE NO POLICIAMENTO DO INTERIOR: UM ESTUDO NO 18º BATALHÃO DA PMPA

**OCCUPATIONAL HEALTH AND STRESS FACTORS IN POLICING RURAL AND
INTERIOR AREAS: A STUDY AT THE 18TH BATTALION OF THE PMPA**

Ciências Sociais Aplicadas, Ciências da Saúde • 11/09/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/789012672](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/789012672)

Éverton Rogério de Souza Mota¹

Guaracy Colado Porto²

Raimundo Linelson Campos dos Santos³

Luis Paulo Aranha da Silva⁴

RESUMO

O presente artigo analisa os fatores de estresse ocupacional que incidem sobre os policiais militares da Polícia Militar do Pará em atividade no interior do Estado, tomando como recorte de análise o 18º Batalhão de Polícia Militar, sediado em Monte Alegre, região do Baixo Amazonas. Parte-se do pressuposto de que o policiamento ostensivo desenvolvido em municípios do interior amazônico apresenta particularidades — isolamento geográfico, distanciamento familiar, sobrecarga de plantões e escassez de recursos institucionais — que intensificam o desgaste psicofísico dos profissionais de segurança pública. A pesquisa adota abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, fundamentada no levantamento e na análise de literatura científica sobre estresse ocupacional, síndrome de burnout e saúde do trabalhador policial, articulada a documentos institucionais da Polícia Militar do Pará relativos à estrutura, à missão e às condições de atuação do 18º Batalhão. Os resultados evidenciam a necessidade de políticas de gestão de pessoas voltadas à promoção da saúde mental, ao acompanhamento psicossocial continuado e à revisão de escalas de serviço, de modo a mitigar o adoecimento ocupacional e qualificar a atuação policial no interior paraense. Conclui-se que a saúde ocupacional deve ser tratada como elemento estratégico da gestão institucional, e não apenas como pauta assistencial, sob pena de comprometer a efetividade do policiamento e o bem-estar dos profissionais que atuam nas regiões mais distantes da capital.

Palavras-chave: Saúde Ocupacional; Estresse Policial; Policiamento do Interior; Qualidade de Vida no Trabalho; Polícia Militar do Pará.

ABSTRACT

This article analyzes the occupational stress factors affecting military police officers of the Pará Military Police serving in the interior of the

state, focusing on the 18th Military Police Battalion, headquartered in Monte Alegre, in the Lower Amazon region. It is assumed that ostensive policing carried out in Amazonian interior municipalities presents particularities — geographic isolation, family separation, work overload and shortage of institutional resources — that intensify the psychophysical wear of public safety professionals. The research adopts a qualitative approach, of a bibliographic and documentary nature, based on the survey and analysis of scientific literature on occupational stress, burnout syndrome and police worker health, combined with institutional documents of the Pará Military Police regarding the structure, mission and operating conditions of the 18th Battalion. The results show the need for people-management policies aimed at promoting mental health, continuous psychosocial support and the revision of duty schedules, in order to mitigate occupational illness and improve police performance in the interior of Pará. It is concluded that occupational health must be treated as a strategic element of institutional management, and not merely as a residual welfare issue, under penalty of compromising policing effectiveness and the well-being of professionals serving in the regions farthest from the capital.

Keywords: Occupational Health; Police Stress; Rural Policing; Quality of Work Life; Pará Military Police.

1. INTRODUÇÃO

A atividade policial militar constitui uma das ocupações mais expostas a fatores de risco psicossocial, em razão da natureza imprevisível do trabalho, da exposição cotidiana à violência, da responsabilidade sobre a vida de terceiros e da rigidez hierárquico-disciplinar inerente à instituição militar. Quando esse cenário se desenvolve em municípios do interior da Amazônia paraense,

marcados por grandes distâncias, dificuldades de acesso, escassez de efetivo e de recursos logísticos, os fatores de desgaste psicofísico tendem a se intensificar, configurando um quadro ocupacional peculiar que ainda carece de investigação sistemática no âmbito da Polícia Militar do Pará (PMPA).

O 18º Batalhão de Polícia Militar (18º BPM), sediado no município de Monte Alegre, na região do Baixo Amazonas, responde pelo policiamento ostensivo de vasta área territorial, caracterizada por dificuldades de deslocamento fluvial e terrestre, distanciamento em relação aos grandes centros urbanos e limitações estruturais que impactam diretamente as condições de trabalho dos policiais militares ali lotados. Nesse contexto, torna-se relevante investigar de que modo tais condições incidem sobre a saúde ocupacional dos policiais militares que compõem o efetivo do batalhão, sujeitos que acumulam funções de execução operacional direta e, conforme a função exercida, também de comando de pequenas frações.

O problema de pesquisa que orienta este artigo pode ser assim formulado: quais são os principais fatores de estresse ocupacional percebidos pelos policiais militares do 18º BPM e de que forma esses fatores impactam sua saúde física, mental e sua qualidade de vida no trabalho? Parte-se da hipótese de que o isolamento geográfico, o afastamento do núcleo familiar, a sobrecarga de serviço e a insuficiência de suporte institucional especializado constituem os principais vetores de adoecimento ocupacional entre os policiais militares do interior amazônico.

O objetivo geral deste trabalho consiste em analisar os fatores de estresse ocupacional e seus reflexos sobre a saúde e a qualidade de vida no trabalho dos policiais militares do 18º Batalhão da Polícia

Militar do Pará. Como objetivos específicos, busca-se: a) identificar, a partir da literatura e da percepção dos próprios policiais, os principais estressores associados ao policiamento ostensivo no interior do Estado; b) discutir os impactos desses estressores sobre a saúde física e mental dos militares; e c) apontar diretrizes de gestão de pessoas e de promoção da saúde ocupacional que possam subsidiar políticas institucionais voltadas ao Baixo Amazonas.

A relevância do estudo se justifica em múltiplas dimensões. Do ponto de vista institucional, compreender os fatores de estresse que acometem o efetivo lotado no interior contribui para o aprimoramento da gestão de pessoas da PMPA, subsidiando decisões sobre escalas de serviço, política de remoção, apoio psicossocial e infraestrutura. Do ponto de vista social, um policial militar em condições adequadas de saúde ocupacional tende a apresentar melhor desempenho operacional, o que reflete diretamente na qualidade do serviço de segurança pública prestado à população do Baixo Amazonas. Do ponto de vista científico, o trabalho busca preencher uma lacuna na literatura sobre saúde ocupacional policial, historicamente concentrada em contextos urbanos e metropolitanos, pouco atenta às especificidades do policiamento amazônico.

2. METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida sob abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, entendida como aquela que se constrói a partir do levantamento, da leitura crítica e da análise de material já elaborado, principalmente livros, artigos científicos e documentos institucionais, sem a produção de dados primários junto a sujeitos de pesquisa (GIL, 2008). Essa opção metodológica se justifica pela

natureza do objeto investigado, que exige a sistematização de conhecimento já consolidado sobre estresse ocupacional, saúde do trabalhador e psicologia do trabalho policial, articulado à análise das condições institucionais e operacionais que caracterizam o policiamento no interior amazônico.

Do ponto de vista de sua natureza, trata-se de pesquisa aplicada, pois visa gerar conhecimento com finalidade prática, voltado à qualificação da gestão de pessoas no contexto do 18º BPM (GIL, 2008). Quanto aos objetivos, classifica-se como descritivo-exploratória, uma vez que busca descrever as características do fenômeno do estresse ocupacional no policiamento do interior amazônico e explorar relações ainda pouco sistematizadas na literatura brasileira sobre o tema, compreendida também como pesquisa qualitativa em saúde, no sentido atribuído por Minayo (2014) a estudos que buscam compreender significados, valores e práticas relacionados a processos de saúde e adoecimento no trabalho.

O procedimento técnico adotado consistiu no levantamento bibliográfico em bases de dados científicas — como SciELO, Google Acadêmico e periódicos especializados em saúde do trabalhador e segurança pública —, priorizando-se estudos clássicos e atuais sobre estresse ocupacional, síndrome de burnout e saúde mental de profissionais de segurança pública, complementado pela análise documental de fontes institucionais da Polícia Militar do Pará, tais como o Manual de Normas para Submissão de Artigos e Fluxo Editorial do Periódico Científico PMPA em Revista, boletins gerais, portarias e demais documentos públicos relativos à estrutura, à missão e às condições de atuação do 18º Batalhão de Polícia Militar.

A análise do material levantado foi conduzida por meio de análise de conteúdo temática, buscando identificar, na literatura consultada, categorias recorrentes associadas aos fatores de estresse ocupacional no policiamento, para, em seguida, articulá-las às particularidades geográficas, logísticas e institucionais do policiamento desenvolvido no Baixo Amazonas. Ressalta-se que o presente estudo não envolveu a aplicação de formulários, questionários ou entrevistas junto a policiais militares, tratando-se de pesquisa fundamentada exclusivamente em fontes bibliográficas e documentais já publicadas, o que constitui tanto uma opção metodológica quanto um limite reconhecido do trabalho, discutido na seção de considerações finais.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1. Saúde Ocupacional e o Trabalho Policial Militar

A Organização Mundial da Saúde compreende a saúde ocupacional como um estado de completo bem-estar físico, mental e social relacionado ao trabalho, e não apenas a ausência de doenças ou lesões ocupacionais, destacando a necessidade de ambientes laborais que promovam a saúde para além da mera prevenção de acidentes (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2010). Essa concepção ampliada rompe com abordagens tradicionalmente centradas apenas na segurança física do trabalhador, incorporando dimensões psicossociais que se tornam especialmente relevantes em ocupações de alto risco, como é o caso da atividade policial militar.

No Brasil, a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora reconhece a necessidade de atenção integral à saúde

de categorias profissionais expostas a riscos ocupacionais específicos, reforçando a responsabilidade das instituições empregadoras — inclusive as forças de segurança pública — na promoção de condições de trabalho que preservem a integridade física e mental de seus integrantes (BRASIL, 2012). Contudo, historicamente, as políticas de saúde ocupacional nas corporações militares estaduais têm priorizado aspectos relacionados à aptidão física e à prontidão operacional, relegando a saúde mental a um plano secundário, apesar de sua relevância cada vez mais reconhecida pela literatura especializada.

A atividade policial militar apresenta características que a distinguem de outras ocupações do ponto de vista da saúde ocupacional: a exposição cotidiana a situações de violência e risco de morte, a imprevisibilidade das ocorrências atendidas, a responsabilidade legal sobre decisões tomadas em frações de segundo, a convivência com sofrimento alheio e a rigidez da estrutura hierárquico-disciplinar. Tais elementos, combinados, configuram um ambiente ocupacional propício ao desenvolvimento de quadros de estresse crônico, ansiedade, transtornos do sono e, em casos mais graves, síndrome de burnout (COSTA et al., 2007).

Cabe ainda destacar que a saúde ocupacional do policial militar não pode ser dissociada da própria missão institucional da Corporação, uma vez que o desempenho operacional está diretamente condicionado às condições físicas e emocionais do efetivo. Um contingente adoecido, desmotivado ou emocionalmente exaurido tende a apresentar maior propensão a falhas de julgamento, redução da capacidade de resposta a situações de risco e maior incidência de afastamentos por licença de saúde, com reflexos diretos sobre a já reduzida disponibilidade de efetivo nas unidades

do interior. Assim, investir em saúde ocupacional não representa apenas um benefício ao trabalhador individualmente considerado, mas uma condição estrutural para a efetividade da própria atividade-fim da Polícia Militar, especialmente em batalhões cuja área de responsabilidade é extensa e cujo efetivo é historicamente reduzido em relação à demanda operacional.

3.2. Modelos Teóricos do Estresse Ocupacional

A compreensão contemporânea do estresse ocupacional é tributária de diferentes matrizes teóricas desenvolvidas ao longo do século XX. Hans Selye, em obra seminal, definiu o estresse como uma resposta inespecífica do organismo a qualquer demanda que lhe seja imposta, descrevendo a Síndrome Geral de Adaptação em três fases — alarme, resistência e exaustão —, esta última associada ao esgotamento dos recursos adaptativos do indivíduo (SELYE, 1956). Essa formulação fisiológica clássica permanece central para a compreensão dos efeitos cumulativos do estresse ocupacional sobre a saúde física de trabalhadores expostos a demandas contínuas, como é o caso dos policiais militares em regime de plantões prolongados.

Lazarus e Folkman (1984) avançaram sobre essa perspectiva ao propor o modelo transacional do estresse, segundo o qual o estresse não decorre diretamente do estímulo externo, mas da avaliação cognitiva que o indivíduo faz da situação e dos recursos que possui para enfrentá-la. Nessa perspectiva, o estresse ocupacional resulta de um processo dinâmico entre a pessoa e o ambiente de trabalho, mediado por estratégias de enfrentamento (coping) que podem ser mais ou menos eficazes na mitigação do sofrimento psíquico.

No campo da psicologia organizacional, Karasek (1979) desenvolveu o modelo demanda-controle, segundo o qual o risco de adoecimento ocupacional é maior em contextos de trabalho caracterizados simultaneamente por elevada exigência psicológica e baixa autonomia decisória — situação frequentemente observada na hierarquia militar, na qual o policial de menor patente cumpre ordens em ambientes de alta cobrança, dispondo de reduzida margem de decisão sobre a organização de seu próprio trabalho. Posteriormente, Karasek e Theorell (1990) incorporaram a dimensão do suporte social como fator moderador desse processo, destacando a importância das redes de apoio no ambiente de trabalho para a mitigação dos efeitos deletérios do estresse.

Complementarmente, Siegrist (1996) propôs o modelo do desequilíbrio esforço-recompensa, segundo o qual o adoecimento ocupacional tende a se manifestar quando o esforço despendido pelo trabalhador não é compensado por reconhecimento adequado — seja este de natureza financeira, simbólica ou relacionada às perspectivas de carreira —, fenômeno que encontra ressonância na percepção de policiais militares lotados em unidades do interior, frequentemente percebida como menos valorizada institucionalmente em comparação às unidades da capital.

A síndrome de burnout, descrita por Maslach e Jackson (1981) como um processo de exaustão emocional, despersonalização e redução da realização profissional decorrente da exposição crônica a estressores ocupacionais, constitui um dos desfechos mais estudados no campo das profissões assistenciais e de segurança. Revisões posteriores da literatura reafirmaram que o burnout não decorre de fatores exclusivamente individuais, mas resulta primordialmente de características estruturais do ambiente de

trabalho, como sobrecarga, falta de controle, reconhecimento insuficiente e conflitos de valores entre o trabalhador e a organização (MASLACH; SCHAUFELI; LEITER, 2001).

Em contraponto às abordagens centradas no adoecimento, Antonovsky (1987) propôs o conceito de salutogênese, deslocando o foco de análise dos fatores que geram doença para os fatores que promovem saúde e resiliência, por meio do chamado senso de coerência — a capacidade do indivíduo de compreender, gerenciar e atribuir sentido às demandas que enfrenta. Essa perspectiva é particularmente relevante para a formulação de políticas institucionais voltadas não apenas ao tratamento do adoecimento, mas à promoção ativa de fatores protetivos no ambiente de trabalho policial.

Por fim, a abordagem psicodinâmica do trabalho, desenvolvida por Dejours (1992), oferece uma leitura complementar ao evidenciar que o sofrimento no trabalho não decorre apenas de fatores objetivos, mas também da relação subjetiva do trabalhador com a organização e com os sentidos que atribui à sua própria atividade, dimensão especialmente relevante para a compreensão da identidade profissional do policial militar e dos mecanismos de defesa psíquica mobilizados no cotidiano da farda.

3.3. Fatores de Estresse no Policiamento do Interior Amazônico

A literatura internacional sobre estresse policial identifica um conjunto relativamente estável de estressores organizacionais e operacionais associados à atividade. Violanti e Aron (1994), ao hierarquizarem os principais estressores percebidos por policiais, destacaram fatores de natureza organizacional, como escalas de

trabalho inadequadas, falta de reconhecimento institucional e conflitos hierárquicos, muitas vezes avaliados como mais desgastantes do que os próprios riscos físicos da profissão. De modo convergente, Spielberger et al. (1981), ao desenvolverem instrumento específico para mensuração do estresse policial, identificaram que estressores administrativos e organizacionais tendem a ser avaliados pelos próprios policiais como mais impactantes do que os estressores operacionais propriamente ditos.

No contexto brasileiro, o estudo de Costa et al. (2007), realizado com policiais militares, identificou associação significativa entre fatores organizacionais — como sobrecarga de trabalho, insatisfação salarial e conflitos hierárquicos — e sintomas de estresse ocupacional, corroborando achados internacionais sobre a centralidade dos fatores organizacionais no adoecimento policial. Minayo e Souza (2003), em pesquisa de referência sobre a saúde de policiais no Brasil, evidenciaram que a atividade policial produz um sofrimento psíquico específico, decorrente da tensão permanente entre o ideal profissional de proteção à sociedade e as condições concretas, muitas vezes precárias, em que esse ideal deve ser realizado.

Transpondo essas discussões para o contexto do 18º BPM, é possível identificar fatores de estresse próprios da realidade do policiamento no interior do Baixo Amazonas paraense. O isolamento geográfico, decorrente das grandes distâncias e da dependência de transporte fluvial para o deslocamento entre municípios e vilas, restringe o acesso a serviços de saúde especializados, a atividades de lazer e à convivência com redes familiares e sociais de apoio, elemento que se relaciona diretamente ao afastamento do núcleo familiar como estressor relevante entre policiais removidos para unidades distantes de seus municípios de origem.

A sobrecarga de serviço, decorrente da limitação de efetivo em relação à extensão territorial sob responsabilidade do batalhão, tende a se traduzir em escalas de plantão mais extensas e em menor possibilidade de descanso adequado entre jornadas, fator já identificado pela literatura como um dos principais preditores de fadiga ocupacional e de comprometimento da saúde física e mental dos policiais (ANDERSON; LITZENBERGER; PLECAS, 2002). Some-se a isso a escassez de recursos logísticos e estruturais — viaturas, equipamentos de proteção, sistemas de comunicação — comumente relatada em unidades do interior, o que amplia a percepção de insegurança operacional e de desamparo institucional entre os policiais lotados nessas regiões.

Por fim, cabe destacar a limitação de suporte psicossocial especializado disponível nos municípios do interior, o que dificulta o acesso dos policiais a serviços de acompanhamento psicológico e psiquiátrico quando necessário, reforçando o silenciamento institucional em torno do sofrimento psíquico, historicamente naturalizado no âmbito da cultura militar como sinal de fraqueza incompatível com o ethos da farda.

3.4. Gestão de Pessoas e Promoção da Saúde na Corporação

A gestão de pessoas nas organizações policiais militares tem sido crescentemente convocada a incorporar a dimensão da saúde ocupacional como elemento estratégico, e não apenas assistencial. Codo (2002), ao discutir o fenômeno do esgotamento profissional em categorias de trabalho relacional, argumenta que políticas institucionais eficazes de prevenção ao burnout devem atuar sobre as condições objetivas de trabalho — carga horária, autonomia, suporte social — e não apenas sobre a resiliência individual dos

trabalhadores, deslocando a responsabilidade pelo cuidado do plano exclusivamente pessoal para o plano institucional.

Nesse sentido, a incorporação do modelo demanda-controle-apoio social (KARASEK; THEORELL, 1990) às políticas de gestão de pessoas da PMPA sugere caminhos concretos de intervenção: a revisão de escalas de serviço de modo a garantir intervalos adequados de descanso; a ampliação da autonomia decisória dos policiais militares no planejamento operacional de suas unidades, respeitados os limites da hierarquia militar; e o fortalecimento de redes de apoio social entre os integrantes do batalhão, por meio de ações de acolhimento e de fortalecimento do senso de pertencimento institucional.

A perspectiva salutogênica de Antonovsky (1987) também oferece subsídios relevantes para a gestão de pessoas no contexto do interior amazônico, ao sugerir que investimentos em compreensibilidade — clareza sobre critérios de remoção, promoção e escalas —, em manejabilidade — disponibilização de recursos adequados ao cumprimento da missão — e em significância — reconhecimento simbólico do trabalho realizado nas regiões mais distantes — podem fortalecer o senso de coerência dos policiais e mitigar os efeitos deletérios do estresse ocupacional crônico.

3.5. Discussão: Síntese dos Achados Aplicados Ao 18º BPM

A partir do levantamento bibliográfico e documental realizado, é possível organizar a discussão em três eixos analíticos, construídos pelo cruzamento entre a literatura sobre estresse ocupacional policial e as características institucionais e operacionais documentalmente conhecidas do 18º BPM: (i) fatores de estresse

mais recorrentemente associados ao policiamento do interior amazônico; (ii) impactos desses fatores sobre a saúde física e mental do policial militar, segundo a literatura consultada; e (iii) lacunas de suporte institucional identificáveis a partir da estrutura e dos documentos oficiais da Corporação relativos às unidades do interior.

No que se refere ao primeiro eixo, a extensão territorial sob responsabilidade do 18º BPM, a dependência de deslocamento fluvial entre municípios e vilas do Baixo Amazonas e a distância em relação à capital paraense são características documentalmente reconhecidas da unidade, que dialogam diretamente com os estressores organizacionais apontados por Violanti e Aron (1994) e por Minayo e Souza (2003) como centrais na experiência de sofrimento ocupacional de policiais brasileiros — notadamente o isolamento geográfico, a sobrecarga de plantões e o distanciamento do núcleo familiar. A escassez de recursos logísticos, recorrente em relatos institucionais sobre unidades do interior, reforça achados internacionais que associam a percepção de desamparo institucional ao agravamento dos sintomas de estresse crônico (ANDERSON; LITZENBERGER; PLECAS, 2002).

Quanto ao segundo eixo, a literatura especializada permite inferir que policiais expostos de forma prolongada às condições descritas tendem a apresentar sintomas compatíveis com as fases de resistência e, em casos mais graves, de exaustão da Síndrome Geral de Adaptação descrita por Selye (1956), manifestos em alterações do sono, irritabilidade e cansaço físico persistente, podendo evoluir, em contextos de exposição crônica e ausência de suporte adequado, para quadros de despersonalização e redução da realização profissional constitutivos da síndrome de burnout, conforme descrita por Maslach e Jackson (1981).

No terceiro eixo, a análise documental aponta para uma concentração histórica de recursos técnicos e especializados de saúde na região metropolitana de Belém, em detrimento das unidades sediadas no interior do Estado, o que permite inferir uma provável insuficiência de acompanhamento psicossocial especializado disponível no âmbito de batalhões como o 18º BPM. Esse cenário dialoga com a discussão sobre o silenciamento institucional em torno da saúde mental na cultura militar, apontada na subseção 3.3, e reforça a pertinência das recomendações de gestão de pessoas discutidas na subseção 3.4, especialmente quanto à necessidade de fortalecimento de redes de apoio social e de ampliação do acesso a serviços de acompanhamento psicológico nos municípios do interior.

Em conjunto, a discussão sugere que o adoecimento ocupacional dos policiais militares lotados em unidades como o 18º BPM não decorre de fatores isolados, mas da convergência entre condições estruturais adversas — próprias do policiamento amazônico — e a insuficiência de mecanismos institucionais de mitigação e cuidado, corroborando a hipótese inicialmente formulada. Ressalva-se que tais inferências decorrem da articulação entre a literatura científica e as características documentalmente conhecidas da unidade, não havendo, neste estudo, coleta de dados primários junto ao efetivo do batalhão; recomenda-se, como agenda futura, a realização de pesquisa de campo que permita confirmar empiricamente, junto aos próprios policiais, a magnitude de cada um dos fatores aqui discutidos.

Nesse sentido, a discussão aqui apresentada dialoga com a necessidade, já identificada por Minayo e Souza (2003), de que as instituições policiais brasileiras revisem seus modelos de gestão da

saúde ocupacional a partir das especificidades regionais de cada unidade federativa, evitando-se a adoção de políticas uniformes que não consideram as diferenças entre o policiamento metropolitano e o policiamento realizado em territórios amazônicos de grande extensão e baixa densidade populacional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve por objetivo analisar os fatores de estresse ocupacional que incidem sobre os policiais militares do 18º Batalhão de Polícia Militar do Pará, lotados no município de Monte Alegre, na região do Baixo Amazonas, articulando revisão teórica sobre saúde ocupacional e estresse policial às características institucionais e operacionais documentalmente conhecidas da unidade.

Os resultados confirmam a hipótese de que o isolamento geográfico, o distanciamento do núcleo familiar, a sobrecarga de plantões e a insuficiência de suporte institucional especializado constituem os principais vetores de estresse ocupacional entre os policiais militares que atuam no interior amazônico, corroborando tanto a literatura internacional sobre estresse policial quanto os estudos nacionais de referência sobre a saúde do trabalhador policial.

Do ponto de vista prático, os achados reforçam a necessidade de a Polícia Militar do Pará tratar a saúde ocupacional como elemento estratégico da gestão de pessoas, e não apenas como pauta assistencial residual. Recomenda-se, nesse sentido, a revisão periódica das escalas de serviço nas unidades do interior, de modo a garantir intervalos adequados de descanso; a ampliação do acesso a serviços de acompanhamento psicossocial nos municípios mais distantes da capital, inclusive por meio de tecnologias de telessaúde;

e o fortalecimento de mecanismos de reconhecimento institucional do trabalho desempenhado pelos policiais lotados em unidades do interior, como forma de mitigar a percepção de desamparo institucional identificada na pesquisa.

Como limitação do presente estudo, aponta-se a circunscrição da coleta de dados ao efetivo do 18º BPM, o que não permite generalizações para o conjunto da Corporação, sugerindo-se, como agenda de pesquisas futuras, a ampliação do estudo a outras unidades do interior paraense, bem como a realização de estudos longitudinais capazes de acompanhar a evolução dos indicadores de saúde ocupacional ao longo do tempo. Espera-se, com este trabalho, contribuir para o fortalecimento de uma cultura institucional de cuidado com a saúde do policial militar, reconhecendo que o bem-estar do profissional de segurança pública constitui condição necessária — e não acessória — para a efetividade do serviço prestado à sociedade paraense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, G. S.; LITZENBERGER, R.; PLECAS, D. Physical evidence of police officer stress. *Policing: An International Journal of Police Strategies & Management*, v. 25, n. 2, p. 399-420, 2002.

ANTONOVSKY, A. *Unraveling the Mystery of Health: How People Manage Stress and Stay Well*. San Francisco: Jossey-Bass, 1987.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: Informação e documentação – Artigo em publicação periódica técnica e/ou científica – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: Informação e documentação – Referências – Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6024: Informação e documentação – Numeração progressiva das seções de um documento escrito – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6028: Informação e documentação – Resumo, resenha e resensão – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

CODO, W. Educação: carinho e trabalho. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

COSTA, M.; ACCIOLY JÚNIOR, H.; OLIVEIRA, J.; MAIA, E. Estresse: fatores de risco no trabalho do policial militar. Revista de Saúde Pública, v. 41, n. 2, p. 217-222, 2007.

DEJOURS, C. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KARASEK, R. A. Job demands, job decision latitude, and mental strain: implications for job redesign. *Administrative Science Quarterly*, v. 24, n. 2, p. 285-308, 1979.

KARASEK, R.; THEORELL, T. *Healthy Work: Stress, Productivity, and the Reconstruction of Working Life*. New York: Basic Books, 1990.

LAZARUS, R. S.; FOLKMAN, S. *Stress, Appraisal, and Coping*. New York: Springer, 1984.

MASLACH, C.; JACKSON, S. E. The measurement of experienced burnout. *Journal of Occupational Behaviour*, v. 2, n. 2, p. 99-113, 1981.

MASLACH, C.; SCHAUFELI, W. B.; LEITER, M. P. Job burnout. *Annual Review of Psychology*, v. 52, p. 397-422, 2001.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. *Missão investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Ambientes de trabalho saudáveis: um modelo para ação*. Genebra: OMS, 2010.

PARÁ. Polícia Militar. *Manual de Normas para Submissão de Artigos e Fluxo Editorial do Periódico Científico PMPA em Revista*. Belém: Estado-Maior Geral da PMPA, 2025.

SELYE, H. *The Stress of Life*. New York: McGraw-Hill, 1956.

SIEGRIST, J. Adverse health effects of high-effort/low-reward conditions. *Journal of Occupational Health Psychology*, v. 1, n. 1, p. 27-41, 1996.

SPIELBERGER, C. D.; WESTBERRY, L. G.; GRIER, K. S.; GREENFIELD, G. *The Police Stress Survey: Sources of Stress in Law Enforcement*. Tampa: University of South Florida, 1981.

VIOLANTI, J. M.; ARON, F. Ranking police stressors. *Psychological Reports*, v. 75, n. 2, p. 824-826, 1994.

¹ 2º Sgt PM. Graduado em Pedagogia; Pós-graduado em Coordenação Pedagógica e Gestão Escolar; 18º Batalhão de Polícia Militar (18º BPM), Monte Alegre-PA. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-1269-220X>.

² 2º Sgt PM. Bacharel em Direito (ULBRA); Pós-graduado em Direito na Internet; 18º Batalhão de Polícia Militar (18º BPM), Monte Alegre-PA. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-4025-9471>.

³ 3º Sgt PM. Graduado e Pós-graduado em Matemática e Física; 18º Batalhão de Polícia Militar (18º BPM), Monte Alegre-PA. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-9566-5163>.

⁴ 3º Sgt PM. Licenciado em Pedagogia (ULBRA); Pós-graduado em Psicopedagogia Educacional (Faculdade Iguaçu); 18º Batalhão de Polícia Militar (18º BPM), Monte Alegre-PA. E-mail: [acesse o artigo](#)

original para visualizar o e-mail. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-9993-8870>.